



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO**  
**Chapecó-SC, 24 de abril de 2012.**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às nove  
2 horas, no Auditório da Unidade Seminário, do *Campus* Chapecó da UFFS, em  
3 Chapecó-SC, foi realizada por videoconferência, a 2ª Reunião Ordinária da  
4 Câmara de Graduação do Conselho Universitário – CONSUNI, da Universidade  
5 Federal da Fronteira Sul – UFFS, presidida pela Professora Adriana Salete  
6 Loss, Pró-Reitora de Graduação em exercício e Presidente da Câmara de  
7 Graduação em exercício. **Fizeram-se presentes à sessão os seguintes**  
8 **conselheiros** - Edemar Rotta (Diretor do *Campus* Cerro Largo).  
9 **Representantes Docentes:** Antônio Marcos Correa Neri (*Campus* Chapecó),  
10 Sidinei Zwick Radons (*Campus* Cerro Largo - suplente), Anderson André Genro  
11 Alves Ribeiro (*Campus* Erechim), Joaquim Gonçalves da Costa (*Campus*  
12 Laranjeiras do Sul). **Representantes dos STA's:** Silvani da Silva (*Campus*  
13 Realeza); **Representantes Discentes:** Giovana Paludo Giombelli (*Campus*  
14 Realeza) e Eloir Faria de Paula (*Campus* Laranjeiras do Sul). **Não**  
15 **compareceu à reunião:** Antonio Alberto Brunetta (representante docente  
16 *Campus* Chapecó) e Aparecido Francisco Bertochi dos Santos (representante  
17 docente *Campus* Realeza). **Fizeram-se presentes à reunião:** Claudia Finger-  
18 Kratochvil e Bráulio Adriano de Mello (Secretário Especial de Tecnologia da  
19 Informação). Verificado o *quorum*, a Presidente cumprimentou a todos e  
20 declarou aberta a reunião. Em seguida passou-se à pauta. **1. Expediente: 1.1**  
21 **Apreciação da Ata da 1ª Reunião Ordinária (03/04/2012).** A professora  
22 Adriana Salete Loss explicou que, em virtude do acúmulo de atividades na  
23 secretaria da PROGRAD, não foi possível concluir a Ata a tempo de apresentar  
24 nesta sessão, ficando a apreciação da mesma para a próxima reunião. **1.2**  
25 **Comunicados:** A professora Adriana Salete Loss iniciou falando sobre o  
26 encaminhamento dado na última reunião ao Memorando nº 21/2012/Geografia,  
27 que solicitava nova apreciação do PPC daquele curso. Informou a todos que foi  
28 enviado o Memorando nº 01/2012/CGRAD (ANEXO I), com resposta à referida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

29 solicitação, explicando que o NDE tem caráter consultivo, e solicitando que tal  
30 encaminhamento seja dado pela coordenação do curso. Na sequência dos  
31 comunicados, o professor Joaquim Gonçalves da Costa divulgou um evento  
32 que acontecerá em Laranjeiras do Sul, no dia 26 de abril, envolvendo uma  
33 palestra com os movimentos sociais. A professora Claudia Finger-Kratochvil  
34 noticiou dois acontecimentos importantes: a realização da Oficina do Fórum de  
35 Pró-Reitores de Graduação da Região Sul (ForGRAD Sul), em Itá/SC, nos dias  
36 15 e 16 de abril, sendo a UFFS anfitriã, tendo como tema “Expansão no ensino  
37 superior e suas dimensões quantitativas e qualitativas”, e contando com a  
38 presença de diferentes instituições e parte da diretoria do ForGRAD Nacional.  
39 Também relatou a participação da UFFS no Colégio de Pró-Reitores das  
40 Instituições Federais de Ensino Superior (COGRAD), em Brasília, discutindo  
41 problemas específicos. Lá foram criados grupos de trabalho que encaminharam  
42 algumas discussões, inclusive o MEC, por meio da SESu, tem pedido  
43 orientações deste colegiado para continuar discutindo questões que estão  
44 pautando o ensino superior. A professora Adriana Salete Loss deu sequência à  
45 reunião, com a Ordem do Dia e apreciação da pauta. Sugeriu a inclusão de  
46 dois pontos: memorandos vindos das coordenações do curso de Engenharia  
47 Ambiental e Energias Renováveis, que solicitam a retirada da apreciação do  
48 PPC do curso, e o memorando vindo da DRA solicitando a aprovação de  
49 criação de turma especial Microbiologia Ambiental, do curso de Engenharia  
50 Ambiental e Energias Renováveis, *Campus* Erechim. O professor Anderson  
51 André Genro Alves Ribeiro propôs que os itens mencionados fossem incluídos  
52 antes da apreciação dos PPCs. O professor Edemar Rotta indicou que os  
53 mesmos fossem lidos, para que se verificasse sua inserção ou não nos pontos  
54 de pauta. A professora Claudia Finger-Kratochvil fez a leitura dos memorandos  
55 que foram encaminhados à Câmara de Graduação (CGRAD): Memorando  
56 053/2012-ACA/SC (ANEXO II), Memorando nº 010/CEAER/UFFS/2012  
57 (ANEXO III) e Memorando Circular nº 017/2012-EAER (ANEXO IV), que  
58 embasam o pedido de retirada de pauta do PPC de Engenharia Ambiental e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

59 Energias Renováveis. A professora Claudia Finger-Kratochvil declarou que a  
60 CGRAD tinha condições de avaliar para, em primeiro lugar, trazer às  
61 discussões de hoje e perguntou se algum conselheiro se manifestava contrário  
62 à inclusão dos memorandos no ponto de pauta. Não havendo manifestação,  
63 ele foi incluído na pauta. O próximo memorando dizia respeito à criação de  
64 turma especial Microbiologia Ambiental, no curso de Engenharia Ambiental e  
65 Energias Renováveis, *Campus* Erechim, encaminhado pela Pró-Reitoria de  
66 Graduação (PROGRAD) para a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), para  
67 verificar a legalidade e a viabilidade da referida solicitação. Como não houve  
68 manifestação contrária dos conselheiros, o ponto foi inserido na pauta da  
69 reunião. Na sequência, procedeu-se com a apreciação da ordem da pauta. O  
70 professor Anderson André Genro Alves Ribeiro sugeriu que os itens fossem  
71 inseridos após o ponto 2.2 Política de Criação de Cursos de Graduação da  
72 UFFS. Como não houve outra proposta, a ordem ficou assim definida: **2.1**  
73 **Regulamento do Laboratório Superior de Ensino e Aprendizagem Paulo**  
74 **Freire; 2.2 Política de Criação de Cursos de Graduação da UFFS; 2.3**  
75 **Oferta da turma especial Microbiologia Ambiental, curso de Engenharia**  
76 **Ambiental e Energias Renováveis, *Campus* Erechim; 2.4 Memorandos das**  
77 **coordenações do curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis;**  
78 **2.5 Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs: Processo nº**  
79 **23205.002230/2012-16 – Bacharelado em Ciência da Computação (Relator**  
80 **Conselheiro Aparecido Bertochi dos Santos); Processo nº**  
81 **23205.002229/2012-83 – Licenciatura Interdisciplinar em Educação no**  
82 **Campo (Relator Conselheiro Antonio Alberto Brunetta); Processo nº**  
83 **23205.002227/2012-94 – Licenciatura em Ciências Sociais (Relator**  
84 **Conselheiro Eloir Faria de Paula); Processo nº 23205.002228/2012-39 –**  
85 **Bacharelado em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis (Relator**  
86 **Conselheiro Silvani da Silva). A ordem da pauta foi aprovada por**  
87 **unanimidade. 2. Ordem do dia: 2.1 Regulamento do Laboratório Superior**  
88 **de Ensino e Aprendizagem Paulo Freire. A professora Adriana Salete Loss**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**CÂMARA DE GRADUAÇÃO**

---

89 lembrou que na última reunião da CGRAD, o relato do professor Joaquim  
90 Gonçalves da Costa, que tratava da minuta de criação do Laboratório Superior  
91 de Ensino e Aprendizagem Paulo Freire (LABSA) foi aprovado, sendo que ficou  
92 acordado que sugestões dos relatores seriam encaminhadas à DOP para a  
93 reformulação do regulamento. Vieram sugestões do professor Edemar Rotta,  
94 que foram incorporadas à proposta, e esta encaminhada a todos os  
95 conselheiros. O professor Anderson André Genro Alves Ribeiro justificou que  
96 conseguiu enviar suas contribuições somente ontem, dia 23 de abril. A  
97 professora Adriana Salete Loss declarou que, diante disto, a DOP não teve  
98 tempo hábil de contemplar as sugestões do conselheiro e pediu que ele fizesse  
99 a leitura de suas sugestões, posteriormente. Dando sequência, a Presidente  
100 destacou as alterações realizadas no regulamento a partir das sugestões do  
101 professor Edemar Rotta, referentes aos objetivos. O professor Joaquim  
102 Gonçalves da Costa perguntou se os objetivos sugeridos seriam acrescentados  
103 à proposta ou substituiriam os já existentes. Segundo o conselheiro que  
104 sugeriu a mudança, professor Edemar Rotta, eles substituiriam os objetivos  
105 existentes no regulamento, tornando-os mais abertos e mantendo o foco no  
106 que seria a ideia do laboratório. O professor Anderson André Genro Alves  
107 Ribeiro confessou que ainda tinha certa dificuldade em compreender a relação  
108 entre o laboratório proposto e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP). Ele deu  
109 suas sugestões de alteração e concordou com o professor Edemar Rotta,  
110 considerando que seus objetivos ampliavam o leque de possibilidades e que,  
111 de certa forma, acabava confundindo com os objetivos do NAP. Perguntou qual  
112 a relação entre as duas instâncias e a professora Adriana Salete Loss  
113 esclareceu que o NAP tem o foco nos docentes, já o laboratório, diante de  
114 todas as demandas de alunos com dificuldades de aprendizagem, reprovações,  
115 foi criado para dar sustentação aos alunos, uma ajuda extra. Considerou,  
116 ainda, que os objetivos presentes no regulamento focavam no aluno e, na  
117 sugestão do professor Edemar Rotta, eles se tornavam mais abertos,  
118 possibilitando expansão no futuro. Finalizou sugerindo que os objetivos fossem



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**CÂMARA DE GRADUAÇÃO**

---

119 novamente reestruturados. A professora Claudia Finger-Kratochvil esclareceu  
120 aos conselheiros que se tem pensado, a partir das sinalizações feitas pelo  
121 Ministério de Educação, um Centro de Formação especialmente voltado às  
122 questões da educação básica na universidade. Afirmou que não é somente a  
123 UFFS que tem pensado isso, mas sim várias instituições, especialmente as  
124 IFES, que começaram a perceber a necessidade de intensificar o diálogo com  
125 a Educação Básica. Segundo ela, enquanto não se consegue fazer todas as  
126 mudanças que já foram visualizadas como necessárias junto à educação  
127 básica, as universidades precisam pensar em um centro de formação que atue  
128 junto com a formação docente dos seus professores para o ensino superior, e  
129 ao mesmo tempo com ações que venham ao encontro das necessidades dos  
130 discentes. Sustentou que o NAP era resultante disto e também de um pedido  
131 dos próprios professores, diante das dificuldades que eles têm percebido no  
132 cotidiano da sala de aula; já o LABSA tem por objetivo fazer o outro  
133 movimento, que é exatamente olhar para o discente. Sugeriu que se  
134 analisassem os dois grupos de objetivos postos no regulamento, lembrando  
135 que o primeiro objetivo do laboratório foi pensado nas principais dificuldades  
136 apresentadas pelos alunos. O professor Anderson André Genro Alves Ribeiro  
137 considerou muito boa a proposta do professor Edegar Rotta de ampliar a  
138 atuação do laboratório de ensino. Para ele, se a proposta mudasse de  
139 substituição para acréscimo, o laboratório continuaria tendo o foco no discente,  
140 mas também esta questão mais ampla de pensar o processo de ensino-  
141 aprendizagem como um todo. O professor Edegar Rotta explicou que o foco  
142 dos objetivos que procurou fazer estavam na relação ensino-aprendizagem, e  
143 fez uma outra proposta, reestruturar esses objetivos. A professora Adriana  
144 Salete Loss afirmou que seria feita uma reestruturação do regulamento,  
145 baseada nas duas sugestões que foram enviadas, e posteriormente  
146 encaminhada aos conselheiros e posta em votação na próxima sessão. A  
147 proposta foi posta em votação e o professor Anderson André Genro Alves  
148 Ribeiro manifestou-se dizendo que seria possível sim avaliar as sugestões na



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**CÂMARA DE GRADUAÇÃO**

---

149 sessão de hoje, sendo isso considerado necessário pela professora Claudia  
150 Finger-Kratochvil. A professora Adriana Salete Loss sugeriu que, como a  
151 Diretoria de Organização Pedagógica (DOP) elaborou o material, a ideia seria  
152 refazer a estrutura do regulamento para depois colocá-lo em votação. Os  
153 conselheiros entraram em consenso de analisar as sugestões do professor  
154 Anderson André Genro Alves Ribeiro, que leu seus apontamentos, enviados  
155 por e-mail à DOP. A professora Adriana Salete Loss, diante das sugestões  
156 explicitadas, esclareceu que na ideia inicial, o LABSA estaria ligado à  
157 PROGRAD, como um programa institucional e o NAP estaria ligado mais à  
158 formação docente. Passou-se à discussão e o professor Joaquim Gonçalves da  
159 Costa disse que, no seu entendimento, o laboratório deveria estar vinculado à  
160 PROGRAD, tendo a DOP como diretoria organizadora do processo. A  
161 professora Claudia Finger-Kratochvil pediu a palavra e disse que gostaria de  
162 discutir melhor a questão das vinculações, exatamente pelo tipo de trabalho  
163 que estava expresso nos objetivos do laboratório. Segundo ela, seria  
164 necessário trabalhar com professores que elaborem projetos voltados à  
165 docência, o que dependeria do apoio da instituição e, diferentemente do NAP  
166 que vai trabalhar com uma visão voltada para a formação do professor; a  
167 dinâmica de funcionamento deve ser diferente. Sustentou que o laboratório vai  
168 focar muito mais o aluno e os estudos a partir da graduação, aquilo que é  
169 necessário a cada um dos campi, de acordo com o trabalho do Coordenador  
170 Acadêmico junto com os Coordenadores de Curso. Considerou, ainda, que a  
171 melhor forma de apoiar estes trabalhos é valorizando a docência, que se dará  
172 por meio de ações como editais, que por sua vez, deverão fomentá-las. Caso  
173 contrário, a valorização da docência será esquecida. A forma de vinculação  
174 tem muito mais a ver com a questão política de valorizar a docência na  
175 instituição. O professor Anderson André Genro Alves Ribeiro entendeu que,  
176 conforme estava colocado na sua estrutura, o NAP era uma Divisão da DOP e  
177 por isso sua proposta de o laboratório ser vinculado ao NAP, de ter um  
178 pensamento mais integrado entre estas duas instâncias, para que se tenha um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

179 trabalho conjunto, com ações integradas para docentes e discentes. A  
180 professora Claudia Finger-Kratochvil apresentou uma contraproposta, dizendo  
181 que entendia a preocupação do professor Anderson André Genro Alves  
182 Ribeiro, de que houvesse uma articulação entre os dois grupos de trabalho e  
183 para que eles não se perdessem em ações diferenciadas e distintas  
184 institucionalmente. Considerava isso fundamental e para que não se criasse  
185 uma ideia de subordinação e sim de parceria entre as duas instâncias, seria  
186 importante que a DOP intermediasse essa relação. Propôs que não se  
187 subordine o LABSA ao NAP, mas que sejam colocadas como instâncias  
188 parceiras, integradoras do trabalho da docência na UFFS, ficando  
189 subordinadas à DOP. Como não houve posicionamento contrário, a professora  
190 Adriana Salete Loss colocou a proposta em votação: o NAP e o LABSA  
191 ficariam separados e a DOP faria a articulação, no sentido de elaboração e  
192 coordenação dos trabalhos. Não havendo manifestação contrária, a proposta  
193 foi aprovada por unanimidade de votos. A professora Adriana Salete Loss  
194 continuou dizendo que, se todos estivessem de acordo, a DOP iria fazer a  
195 reestruturação do regulamento, que seria apresentado na próxima sessão para  
196 votação. Essa proposta também foi colocada em votação, sendo aprovada por  
197 todos os conselheiros. **2.2 Política de Criação de Cursos de Graduação da**  
198 **UFFS:** A professora Claudia Finger-Kratochvil informou que na última reunião  
199 havia sido combinado que em todas as sessões, num período de trinta minutos,  
200 seriam realizadas discussões sobre o assunto, não havendo sido tomada ainda  
201 nenhuma decisão. O debate começou com a fala do professor Edemar Rotta,  
202 sugerindo que se faça um debate institucional a respeito da Política de  
203 Graduação da UFFS, e que esta política possa orientar o debate da criação de  
204 novos cursos e o processo de expansão. Afirmou que isso seria um pouco do  
205 que tem sido feito nas outras pró-reitorias, podendo ser sugerida uma espécie  
206 de rodada de debates para a institucionalização de uma Política de Graduação  
207 da universidade, a partir daquilo que já foi produzido, a fim de subsidiar a  
208 política de criação de novos cursos. O professor Anderson André Genro Alves



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

209 Ribeiro concordou com a ideia do conselheiro Edemar Rotta, considerando  
210 muito importante a discussão dentro dos *campi*. Sua preocupação em  
211 apresentar este ponto de pauta para a CGRAD foi justamente essa, que se  
212 tenha o olhar mais amplo dentro da universidade para pensar a criação de  
213 cursos, que seja uma decisão da instituição e não de interesses isolados.  
214 Destacou que é preciso discutir com todos como será feita a expansão da  
215 universidade, de forma consciente, a partir de uma reflexão aprofundada e  
216 sugeriu que essa reflexão comece na CGRAD e que se aprofunde antes de  
217 pensar na criação de novos cursos. O conselheiro Silvani da Silva apoiou o  
218 professor Edemar Rotta, dizendo que era fundamental fomentar a discussão  
219 dentro da universidade. A professora Claudia Finger-Kratochvil trouxe para este  
220 conselho uma necessidade que tem sido posta e gostaria que avaliassem  
221 juntos, até porque tem se tentado desde 2010 uma aproximação com as  
222 Secretarias Estaduais de Educação e isso tem acontecido mais efetivamente  
223 em Santa Catarina, tratando das políticas de Formação Continuada dos  
224 Professores de Educação Básica (PARFOR). Em Santa Catarina chegou a  
225 solicitação da CAPES e da própria Secretaria Estadual de que a UFFS  
226 pudesse oferecer cursos no PARFOR. Esclareceu que, diante do planejamento  
227 que foi feito para SC, daquilo que outras instituições estão oferecendo e das  
228 necessidades postas até então, evidenciou-se a oportunidade e a possibilidade  
229 de oferecer o curso de Matemática, voltado para os professores que já estão  
230 atuando na escola básica, não necessariamente na sua área de formação, e  
231 que fariam o curso que os cancelaria para continuar atuando. Gostaria de  
232 trazer esta discussão para a Câmara, comunicando que iniciaram-se estudos  
233 internamente da viabilidade, mas seria interessante que CGRAD se colocasse,  
234 pois a medida que a UFFS se inserir no RS e PR, receberá demandas de  
235 inclusão e associação a essa política de formação. Informou, também, que no  
236 mês de maio será realizada um Oficina do PARFOR na sede da CAPES, onde  
237 seria possível reiterar ou não a participação da UFFS no programa, nos três  
238 estados do Sul. O conselheiro Edemar Rotta concordou que era preciso se



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

239 inserir no debate, mas se fazia necessário ver com muita clareza o que  
240 significava a participação e obtenção de recursos em termos de contrapartida  
241 do MEC nos recursos humanos e tecnológicos. Alegou que, se integrando o  
242 PARFOR, a UFFS terá mais vagas para professores de matemática ou terá  
243 mais vagas para professores e técnicos na instituição para poder, aí sim,  
244 desempenhar e fazer todas as atividades a contento, ou simplesmente se terá  
245 que trabalhar apenas com os recursos já existentes. No seu entendimento, é  
246 importante participar do processo, mas também ver quais são as contrapartidas  
247 do MEC para que se possa ofertar esses cursos. O professor Anderson André  
248 Genro Alves Ribeiro advertiu que já existe a proposição de diversos cursos que  
249 foram apresentados em outros momentos dentro da universidade, com uma  
250 necessidade muito grande de cursos a serem ofertados e todos eles são  
251 pertinentes. Declarou que todos sabem das necessidades da região em  
252 professores de matemática, física, só que também não se pode dar um passo  
253 em falso, por isso a necessidade de recursos humanos para que os cursos  
254 possam ser ofertados da maneira adequada. A professora Claudia Finger-  
255 Kratochvil considerou importantes as colocações apontadas, mas gostaria de  
256 deixar claro que o PARFOR vem, num primeiro momento, reforçar o  
257 compromisso que a instituição tem com a formação da educação básica, num  
258 contexto em que os professores já estão em sala de aula, atuando sem a  
259 habilitação necessária. Reforçou que a questão que precisa ser negociada com  
260 o Ministério da Educação é, tendo um curso na sede, se ele poderá ser  
261 ofertado num *campus* que não tem o curso, o que ela considera viável.  
262 Resumiu dizendo que a proposta do PARFOR é bastante diferenciada daquilo  
263 que se pensa enquanto política de criação de um novo curso e que seria  
264 interessante analisar esta possibilidade, pois assim se estaria levantando  
265 dados reais das necessidades das comunidades para a criação de novos  
266 cursos, fortalecendo essa parceria. Lembrou que a oferta de cursos no  
267 PARFOR pode ser pontual, ou seja, é possível ofertar somente uma turma,  
268 diante das condições que se tem. O professor Joaquim Gonçalves da Costa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

269 sugeriu que neste primeiro momento se pense como será conduzido o  
270 processo de discussão, proposto pelo conselheiro Edemar Rotta, talvez vindo  
271 da PROGRAD, dando este espaço para os *campi*, de diálogo com a  
272 comunidade, cabendo a CGRAD fazer a síntese do que é caráter determinativo  
273 da discussão. A professora Adriana Salete Loss sintetizou a ideia do  
274 conselheiro, isto é, que seja construída uma metodologia de trabalho, e que  
275 uma das sugestões é que se possa, via PROGRAD, construir uma proposição  
276 metodológica de ações nesta dimensão. A professora Claudia Finger-Kratochvil  
277 considerou pertinentes as colocações, entendendo a importância de que a Pró-  
278 Reitoria de Graduação faça essa proposição mas gostaria ainda de sair daqui,  
279 enquanto Câmara, com um pouco mais de elementos palpáveis, e perguntou  
280 quais eram as expectativas dos conselheiros, quais são as coordenadas que  
281 gostariam que fossem dadas. O professor Joaquim Gonçalves da Costa  
282 declarou que o tema já está na ordem de discussão da CGRAD e propôs que  
283 fosse criada uma metodologia de trabalho a ser compartilhada em todos os  
284 *campi*, partindo daquilo que já se tem discutido. O professor Edemar Rotta  
285 opinou que, na direção da discussão que estava propondo no começo da  
286 sessão, que sejam criados dois momentos: um deles na relação com o  
287 PARFOR, mostrando-se favorável à participação da UFFS no programa, mas  
288 que antes sejam discutidas pontualmente as questões para que elas possam  
289 ser pactuadas, para saber com clareza o que e quem vai ofertar, da onde  
290 sairão os recursos, entre outros. Considerou que essa discussão do PARFOR  
291 poderia ser encaminhada institucionalmente entre PROGRAD e Reitoria, em  
292 uma outra dimensão. Já com relação ao debate sobre a política de criação de  
293 cursos na UFFS, que já está na Câmara para ser discutido, o professor sugeriu  
294 que inicie com uma rodada de discussões nos *campi* sobre a política de  
295 graduação da UFFS e que a PROGRAD, com suas diretorias, pudesse  
296 fomentar o debate, e na sequência elaborar um pré-documento, que voltaria  
297 para os *campi* para a formulação de um documento sistematizador final e que  
298 este venha para a CGRAD para ser apreciado e discutido. O professor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

299 Anderson André Genro Alves Ribeiro concordou com a proposta antes  
300 apresentada e a discussão sobre o tema foi encerrada, devido ao término dos  
301 trinta minutos. A professora Adriana Salete Loss, baseada nas sugestões  
302 apontadas, colocou em votação a proposta de que a PROGRAD organize uma  
303 metodologia de trabalho, nesta perspectiva, aprovada por todos os  
304 conselheiros. **2.3 Oferta da turma especial Microbiologia Ambiental, curso**  
305 **de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Campus Erechim:**  
306 Dando seguimento à pauta, a professora Adriana Salete Loss explicou que a  
307 coordenação do curso solicitava a criação de turma especial com doze alunos  
308 e pelo regulamento, seria possível somente com o mínimo de quinze alunos.  
309 Diante disto, a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) encaminhou à CGRAD  
310 solicitação de posicionamento sobre esta questão. O professor Anderson André  
311 Genro Alves Ribeiro considerou estranho a CGRAD, com toda a sua  
312 incumbência e temas a discutir, debater sobre a criação de uma ou outra  
313 turma, num caso isolado. No seu entendimento, se foi aprovado pelo colegiado,  
314 se o docente tem disponibilidade e existem alunos interessados, e como não  
315 onera a universidade, questionou a pertinência desta discussão na CGRAD. A  
316 professora Claudia Finger-Kratochvil entendeu a colocação do professor  
317 Anderson André Genro Alves Ribeiro, mas gostaria de esclarecer porque esta  
318 matéria veio para a Câmara. Justificou que no parágrafo dois, artigo vinte da  
319 Portaria 263/GR/2010, consta que é a CGRAD, além do colegiado, a instância  
320 que terá que se pronunciar para o oferecimento de uma turma para um número  
321 menor de estudantes. Com relação ao comentário de que não onera a  
322 universidade, considerou que a Câmara também tem que ter um cuidado muito  
323 grande, e que se colocasse para os coordenadores acadêmicos e de curso em  
324 momentos adequados, que, embora não se tenha nenhuma oneração “direta”  
325 na criação de uma turma, há uma série de fatores orçamentários que também  
326 precisam ser levados em conta quando do oferecimento de uma turma (espaço  
327 físico, energia elétrica, aparatos tecnológicos). Levantou também, o risco da  
328 criação de uma demanda falsa de professor ou ainda, criar para os alunos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

329 para o corpo docente, a ideia de que não é preciso ter o comprometimento no  
330 fazer do semestre, porque depois podem ser criadas turmas especiais. O  
331 professor Edegar Rotta concordou com a professora Claudia Finger-Kratochvil  
332 e gostaria de acrescentar que o debate que se encaminhou, nas diversas  
333 instâncias da universidade, foi centrado na justificativa de demanda e em  
334 condições especiais, ou seja, quando houvesse acadêmicos que  
335 comprometessem muito o processo de sequência em seu curso, acarretando  
336 baixa matrícula nas disciplinas subsequentes ou que tivesse uma demanda  
337 extremamente elevada para a criação da turma. Concluiu dizendo que era  
338 preciso ter um cuidado muito grande para não começar a proliferar turmas  
339 especiais e na sua opinião, nos elementos postos pelo colegiado de  
340 Engenharia Ambiental não existia justificativa que condizente para requisitar  
341 uma disciplina em regime especial. Dando encaminhamento, a professora  
342 Adriana Salete Loss, de acordo com as falas, gostaria de colocar em votação a  
343 autorização de abertura da turma ou não. O professor Anderson André Genro  
344 Alves Ribeiro solicitou que o memorando encaminhado fosse lido novamente,  
345 porque a justificativa apresentada era justamente aquela que o professor  
346 Edegar Rotta se referiu agora, ou seja, a oferta para uma turma de doze  
347 alunos era justamente de uma disciplina que comprometia a sequência de  
348 cinco disciplinas do curso. A professora Claudia Finger-Kratochvil fez  
349 novamente a leitura do memorando, aproveitando para observar a questão do  
350 repensar dos PPCs, visto que era importante que se tivesse ciência de que,  
351 quando se estabelecem pré-requisitos, se causas retenção também, por isso  
352 verificar se há real necessidade daquele pré-requisito existir. O conselheiro  
353 Edegar Rotta mais uma vez afirmou que o memorando não tinha justificativa,  
354 deveria constar quais as disciplinas poderiam ser interrompidas, considerando  
355 que não haviam argumentos necessários para sua aprovação. O professor  
356 Anderson André Genro Alves Ribeiro, como coordenador do curso de  
357 Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, *Campus* Erechim, explicitou  
358 algumas das consequências de não se criar esta turma especial, esclarecendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

---

359 as dúvidas dos conselheiros. Após este momento, e para dar encaminhamento  
360 ao assunto, a professora Adriana Salete Loss colocou o criação da turma  
361 especial em votação, que foi aprovada com seis votos favoráveis, maioria do  
362 conselho. **2.4 Memorandos das coordenações do curso de Engenharia**  
363 **Ambiental e Energias Renováveis:** A professora Adriana Salete Loss  
364 explicou que os referidos memorandos estavam solicitando a retirada de  
365 votação do PPC de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, tendo como  
366 relator o conselheiro Silvani da Silva. O professor Antônio Marcos Correa Neri  
367 indagou quais seriam as consequências de retirar o PPC da aprovação da  
368 CGRAD e gostaria de ouvir a opinião do relator do processo. O conselheiro  
369 Silvani da Silva apontou que também tinha essa dúvida, mas confirmou que  
370 seu voto era favorável à aprovação do PPC, com as mudanças e ajustes  
371 sugeridos. A professora Adriana Salete Loss esclareceu sobre os ajustes nos  
372 PPCs, que são limitadores, mas era o que se podia fazer no momento. O  
373 professor Anderson André Genro Alves Ribeiro, que também é coordenador do  
374 curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis no Campus Erechim,  
375 defendeu o posicionamento dos três colegiados, que estão de acordo em não  
376 aprovar o PPC da maneira que ele se encontra. Após discussões a respeito e  
377 com o adiantado da hora, a professora Adriana Salete Loss propôs que fosse  
378 realizada uma reunião extraordinária, por videoconferência, para tratar dos  
379 temas que ainda faltavam da pauta. Todos concordaram com esta proposição e  
380 foi encerrada a reunião, às doze horas e cinco minutos, da qual eu, Debora  
381 Cristina Costa, Técnica em Assuntos Educacionais, lavrei a presente Ata, que  
382 aprovada, será devidamente assinada por mim e pela Presidente em exercício.

UFFS